

23 de Novembro de 2018

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira

BRASIL
mineral

O QUE O SETOR ESPERA DO NOVO GOVERNO?

O que a mineração espera do novo governo? Este é o tema principal do Forum Brasil Mineral, que será realizado no dia 27 de novembro, em São Paulo. Juntamente com o fórum, que terá como debatedores dirigentes de empresas, representantes das entidades empresariais e de órgãos governamentais, acontecerá a premiação Personalidades do Ano do Setor Mineral que foram eleitas através de votação direta pelos leitores da publicação Brasil Mineral.

Serão premiados Rubens Fernandes (presidente da Anglo American Brasil), Manoel Valério de Brito (Co-CEO e COO da Mineração Caraíba), César Augusto Torresini (vice-presidente da Operações da Mineração Aurizona-Equinox Gold), Marcos Stelzer (diretor-executivo da CMOB Brasil), Gustavo Rosa Lanna (diretor da Martins Lanna), Lúcia Travassos Costa (chefe do Degeo da CPRM), Maria de Lourdes Bahia (general manager da SNC-Lavalin Brasil). Também serão homenageados José C. de Carvalho (fundador da Ferbasa – in Memoriam) e Onildo Marini (ex-diretor executivo da Adimb). Fará parte também do fórum um Painel Legal para discutir os temas Insolvência de Operações Minerárias e Preço de Tabelamento de Frete.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 14/11/2018



EQUIPE DE TRANSIÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SE REÚNE COM INTEGRANTES DA ANM

A Agência Nacional de Mineração (ANM) recebeu na terça-feira (20) o Grupo de Trabalho de Infraestrutura – Equipe de Transição de Infraestrutura da Presidência da República, chefiada por Paulo

Coutinho, para discutir os assuntos pertinentes à mineração brasileira. A reunião ocorreu na sede da ANM em Brasília (DF)

"O GT de Infraestrutura - Equipe de Transição de Infraestrutura da Presidência da República era composta por: Paulo Coutinho (Coordenador), César Costa Mattos, Ana Lúcia Álvares, Bruno Eustáquio, Adriano Andrade e Márcio Aranha", diz nota da ANM, que integra o Ministério de Minas e Energia (MME).

O DNPM, que foi substituído oficialmente em dezembro de 2017 pela ANM, foi representado pelo diretor-geral Victor Bicca; Kiomar Oguino; Walter Lins Arcoverde; Ricardo Eudes Ribeiro Parahyba; Paulo Ribeiro de Santana; José Antônio Alves dos Santos; Osvaldo Barbosa Ferreira Filho; Júlio César Mello Rodrigues; Marina Marques Dalla Costa; Paula Renata Fonseca Castro; Gabriel Prado Leal e Márcio C. Castro.

Segundo nota do DNPM, Bicca agradeceu a presença dos visitantes e deu início à reunião fazendo uma apresentação sobre o DNPM, em seguida foram feitas apresentações das seguintes diretorias: Diplam (Osvaldo Barbosa), Difis (Walter Arcoverde) e Procedimentos Arrecadatórios (Ricardo Parahyba).

Na sequência, foram apresentadas as principais mudanças na legislação impostas pela lei que criou a ANM, bem como as mudanças trazidas pelo Decreto nº 9.406, de 2018, por Alves dos Santos. Para encerrar a reunião, foi apresentado o resultado do trabalho do Comitê de Instalação da Agência, por Rodrigues que é o coordenador-geral do comitê.

Ao fim do encontro, Bicca entregou ao coordenador da Equipe de Transição de Infraestrutura uma série de documentos com o detalhamento dos dados sobre o DNPM, sua situação atual, perspectivas e o estado da arte da economia mineral brasileira.

A Equipe de Transição não contou com especialistas em mineração ou transformação mineral. Coutinho, professor da UnB, foi originalmente indicado para a transição da área de ciência e tecnologia; Mattos é um consultor legislativo com experiência em finanças públicas e política econômica; Ana Lúcia é analista de infraestrutura da Casa Civil, assim com Bruno Eustáquio.

O Notícias de Mineração Brasil (NMB) não conseguiu identificar os dois últimos integrantes da equipe e o DNPM não soube informar o nome completo das pessoas.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 22/11/2018



BRASIL TOMA MERCADO DE MINÉRIO DE FERRO DA AUSTRÁLIA

Os dois maiores exportadores mundiais de minério de ferro, Brasil e Austrália, estão prestes a tomar caminhos diferentes. A produção brasileira deverá se expandir nos próximos dez anos, enquanto a produção de seu principal rival diminuirá, diz um relatório da Fitch Solutions Macro Research

As entregas do Brasil atingirão 582 milhões de toneladas até 2027, em comparação com 453 milhões de toneladas neste ano, segundo a Fitch Solutions. Por outro lado, as mineradoras australianas vão exportar 841 milhões de toneladas em 2027, em comparação com 906 milhões de toneladas em 2018, disse o documento. Isso reduzirá a diferença entre os dois países em quase 200 milhões de toneladas.

"O crescimento da produção do Brasil continuará forte nos próximos anos devido a baixos custos operacionais e um forte portfólio de projetos", disse a Fitch em um comentário no qual cita expansões, entre elas a da Vale, que apoiarão o aumento da produção global.

Os dois países são os principais fornecedores de mercado transoceânico, já que contam as maiores mineradoras, a Vale, no Brasil, e BHP, Rio Tinto e Fortescue Metals Group, na Austrália. A Vale está gerando uma oferta adicional em seu megaprojeto S11D e recentemente se reuniu com reguladores para falar sobre uma expansão de US\$ 14 bilhões em Carajás, no Pará.

"A esperada queda na oferta de Austrália deve-se à suspensão da atividade das minas de empresas menores uma vez que os preços do minério de ferro continuam fracos, enquanto que os principais players manter sua produção metas de crescimento", afirmou a Fitch Solutions.

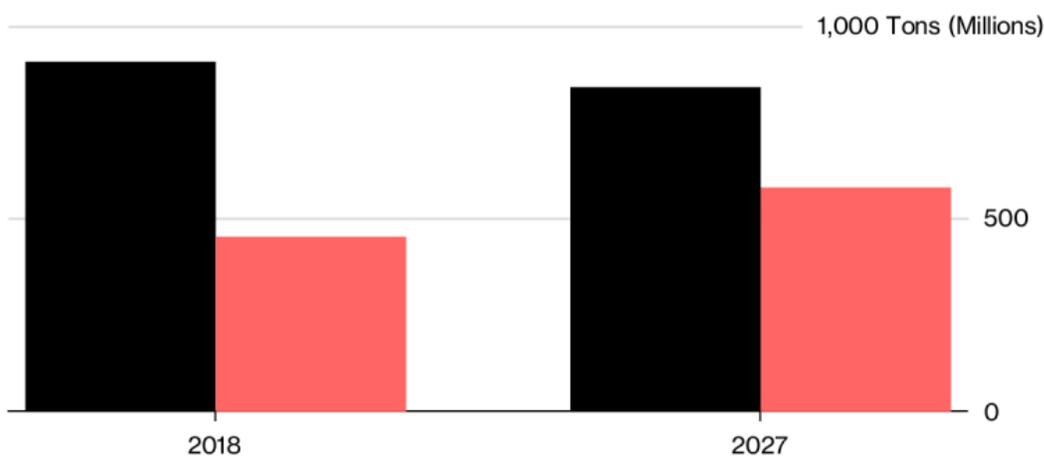
A divergência projetada entre Brasil e Austrália ocorre no meio de uma mudança na China. Espera-se que a produção doméstica de minério na China continue a diminuir, reforçando a necessidade de importações de minério de ferro, mas especula-se que a produção de aço pode ter atingido o pico, limitando o tamanho do maior mercado do mundo.

A Fitch Solutions disse ainda que espera que a produção global de minério de ferro cresça modestamente de 3,355 bilhões de toneladas, em 2018, para 3,409 bilhões de toneladas em 2027, impulsionada pela expansão da mina no Brasil e aumento da produção da Índia.

Different Paths

Iron ore production to decline in Australia, grow in Brazil

■ Australia ■ Brazil



Source: Fitch Solutions

Bloomberg

Fonte: Bloomberg

Autor: Jack Lloyd-Smith

Data: 20/11/2018

O TEMPO

PARA EVITAR NOVAS TRAGÉDIAS, CARLOS VIANA PROPÕE COMISSÃO DE MINERAÇÃO

O objetivo é evitar que acidentes como o da Barragem de Fundão, em Mariana, em 2015, ocorram, além de fortalecer a legislação federal sobre o assunto

O senador eleito por Minas Gerais, jornalista Carlos Viana (PHS) anunciou na tarde desta segunda-feira (19), durante evento promovido por associações ligadas a municípios mineradores, no auditório da Prefeitura de Belo Horizonte, que vai levar para o Senado Federal, a proposta de criação de uma comissão permanente voltada para a área de mineração. A ideia é de que a comissão comece a trabalhar já em fevereiro de 2019. Segundo Viana, o objetivo é evitar que acidentes como o da Barragem de Fundão, em Mariana, em 2015, ocorram, além de fortalecer a legislação federal sobre o assunto.

“Primeiro na evolução das leis federais sobre a questão mineradora no Brasil. Nós temos muito o que discutir para que essas leis sejam mais abrangentes. O que nós temos é uma decisão de época e precisamos atualizar. O segundo ponto é que eu não estou seguro sobre a não possibilidade de um novo acidente”, disse Carlos Viana.

O encontro foi promovido pela Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Granbel) e a Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (Amig). Na oportunidade, as entidades também entregaram a deputados estaduais e federais eleitos pelo Estado dois documentos com reivindicações e sugestões para a área de mineração.

Um dos pontos de destaque é o combate à sonegação fiscal. Segundo o prefeito de Nova Lima e presidente da Granbel e da Amig, Vitor Penido (DEM), estudos mostram que a cada R\$ 2 que deveriam ser recolhidos a título da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), R\$ 1 é sonegado pelas empresas. “Quem fala isso é a própria Receita Federal. E precisamos corrigir isso”, afirmou Vitor Penido.

Minas de Fora

Criada em 2017, a Lei Federal 13.575 transformou o Departamento Nacional de Produção Mineral em Agência Nacional de Mineração. A transformação ainda está sendo conduzida e quatro dos cinco diretores da ANM já foram indicados e sabatinados no Senado Federal. O problema, de acordo com o presidente da Amiga e da Granbel é que os dois maiores estados produtores ficaram de fora. “Dentre os diretores não há representantes de Minas nem do Pará. Os dois Estados são os maiores exploradores da mineração no País. É uma pena”, afirmou Vitor Penido.

Fonte: O Tempo

Autor: Bruno Menezes

Data: 19/11/2018

The Bloomberg logo is displayed in a bold, white, sans-serif font, centered within a black rectangular background.

VALE MANTÉM NEGOCIAÇÕES PARA EXPANDIR MINA NA AMAZÔNIA

Vale está em negociações com autoridades brasileiras sobre a expansão da maior mina de minério de ferro a céu aberto do mundo para atender à crescente demanda chinesa pelo produto de alta qualidade.

A empresa com sede no Rio de Janeiro se reuniu recentemente com reguladores para discutir a expansão de sua mina de US\$ 14 bi localizada na floresta amazônica, e que ainda não atingiu a capacidade prevista. No encontro, a Vale mencionou a possibilidade de aumentar a infraestrutura de processamento de minério e a ferrovia pela qual a matéria-prima é transportada para o porto, disse o Ibama em um email.

Enquanto o projeto conhecido como S11D não tem projeção de atingir sua capacidade de 90 milhões de toneladas até 2020, o apetite da China por minério de baixo custo e alta qualidade continua a crescer. A Vale está buscando fortalecer sua posição como líder mundial na produção de minério de melhor qualidade, ao

mesmo tempo em que as siderúrgicas chinesas buscam melhorar a eficiência, reduzir emissões e cumprir restrições ambientais mais rigorosas.

O plano inicial da Vale era atingir a capacidade máxima da mina e permanecer nesse patamar, mas a demanda pelo minério do S11D pode representar uma oferta irrecusável. Durante uma recente teleconferência sobre balanço, o diretor executivo da Vale Fabio Schvartsman disse que a empresa estava ponderando uma expansão que, se aprovada, teria custos “mínimos” e seria feita “em um período de tempo muito curto”. Schvartsman disse que a Vale poderia permitir que o mercado conhecesse seus planos em dezembro.

A Vale declinou de fornecer comentários adicionais. O Ibama não informou quanto tempo levaria para analisar ou aprovar uma expansão no S11D se a empresa apresentar uma solicitação formal.

Considerado o maior projeto do setor, o S11D iniciou os embarques em 2017 e produziu cerca de 22 milhões de toneladas em seu primeiro ano.

Os preços do minério de maior qualidade, com menos impurezas, subiram acima dos preços de referência e, com o S11D aumentando a produção, quase 80% das vendas da Vale agora são consideradas de produtos premium. A mineradora também está misturando minério de alta qualidade com material de menor qualidade como forma de aumentar a receita.

Processo mais suave

Enquanto o licenciamento para o S11D levou quase uma década, a aprovação de uma expansão deve ser mais rápida, mesmo considerando o processo de licenciamento notoriamente árduo do Brasil.

“A questão é rever o tamanho da expansão e os impactos”, disse Alexandre Sion, especialista em licenciamento de mineração. “Um plano menor seria obviamente mais fácil de se completar.” Os novos projetos é que são muito mais complicados, disse ele.

Fonte: Bloomberg

Autor: R.T Watson

Data: 16/11/2018



A EXPLORAÇÃO DE MINÉRIOS EM TERRENOS PARTICULARES

Não são poucas as situações nas quais o proprietário de um terreno se vê compelido judicialmente a autorizar que adentrem sua propriedade e a utilizem para exploração mineral, diz a advogada Nayara Bernardo Rizzi em artigo enviado ao Notícias de Mineração Brasil (NMB)

Isso porque, de acordo com a Constituição Federal, artigo 20, IX, parágrafo 1º e artigo 176, parágrafo 1º, e com o Código de Mineração, atualizado recentemente pelo Decreto nº 9406/2018, o proprietário da superfície do solo, não é, necessariamente, aquele que detém o direito de pesquisar e exercer a atividade de lavra dos possíveis recursos minerais existentes no subsolo do seu terreno.

Assim, qualquer interessado, brasileiro ou sociedade empresária constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no país, ou cooperativa, pode requerer Alvará de Autorização de Pesquisa junto à Agência Nacional de Mineração (ANM). Apesar disso, o minerador não pode simplesmente adentrar a propriedade alheia, conforme veremos.

Uma vez aprovada a documentação, é expedido o Alvará de Autorização de Pesquisa, com prazo maior que um ano, porém inferior a três anos, a critério da ANM. O alvará pode ser renovado por até igual período, com base na avaliação do desenvolvimento dos trabalhos, mediante requerimento do interessado, devidamente fundamentado.

Importante aqui esclarecer que os trabalhos de pesquisa possuem como meta definir uma jazida, que é toda massa individualizada de substância mineral ou fóssil, aflorando à superfície ou existente no interior da terra, e que tenha valor econômico. Ocorre que, durante os trabalhos de pesquisa, pode surgir a necessidade realizar intervenções no local, as quais podem prejudicar o uso da área impactada. Todavia, o direito à propriedade, assegurado constitucionalmente no artigo 5º, caput, não pode ser ignorado.

Desta forma, existe simultaneamente ao direito à atividade minerária, o direito do proprietário da área em preservá-la para seu uso. E é por este motivo que, de acordo com o Código de Mineração, logo durante a fase de pesquisa, é devido ao proprietário da área em que está situada a jazida, o pagamento de uma renda em virtude da ocupação, bem como uma indenização pelos eventuais danos que possam ser causados em razão desses trabalhos.

Assim, quando da expedição do Alvará de Autorização de Pesquisa, o minerador deve iniciar as tratativas com o proprietário do solo (se já não o fez), objetivando firmar acordo acerca do valor da renda pela ocupação do imóvel, e da indenização por eventuais danos causados.

Não havendo consenso entre as partes, o titular do Alvará de Autorização de Pesquisa não pode entrar na área enquanto não resolvida judicialmente a questão. Desta forma, cabe à ANM comunicar o Poder Judiciário, o qual arbitrará quais valores serão devidos. Definido judicialmente o valor da renda e da indenização, e após o minerador depositar judicialmente o valor correspondente à renda de dois anos e caução para pagamento da indenização, o proprietário será intimado a autorizar o ingresso do minerador para que este desenvolva os trabalhos de pesquisas.

Concluída a pesquisa e elaborado o seu relatório, caso o resultado seja positivo para existência da substância mineral economicamente aproveitável, o interessado tem, a partir da publicação oficial da aprovação do relatório, o prazo de um ano, prorrogável por igual período, para requerer a concessão de lavra.

É nesta fase de lavra, que ocorre efetivamente o aproveitamento do minério, que é previsto o direito do proprietário do solo de participação nos resultados da lavra, artigo 176 da Constituição Federal. Assim, neste momento, o proprietário da área onde está localizada a jazida deve receber: (i) a renda; (ii) indenização oriunda dos danos previamente identificados e; (iii) participação nos resultados da lavra, devidos ao proprietário somente após a negociação do minério, que variarão de acordo com a substância mineral e com o volume extraído.

Caso ocorram danos no decorrer da atividade mineral, diferente daqueles previamente identificados, o minerador também deverá pagar indenização sobre estes danos não previstos, a ser acordada particularmente. Importante frisar que, de acordo com o parágrafo 2º, do art. 5º, do Decreto nº 9406/18, bem como artigo 225, parágrafo 2º, da Constituição Federal, a responsabilidade pela recuperação ambiental das áreas degradadas é sempre do minerador.

Assim, os proprietários de imóveis com potencial hidromineral, devem ficar atentos e buscar profissionais especializados, a fim de verificar a existência de algum pedido de pesquisa feito por terceiros em sua propriedade e/ou analisar qual o potencial econômico da atividade em sua propriedade.

Fonte: Notícias de Mineração

Autora: Nayara Bernardo Rizzi

Data: 19/11/2018

BRASIL TERÁ 1º HUB DE INOVAÇÃO PARA A INDÚSTRIA MINERAL

Inédita no setor em nível global, iniciativa de mineradoras brasileiras em parceria com a WeWork pretende impactar positivamente a competitividade do setor no país nos próximos anos

A WeWork, maior rede de espaços de trabalho do mundo, anuncia a chegada ao Brasil de uma iniciativa pioneira para a indústria minerária em nível global. Com a participação confirmada de alguns dos principais players do setor, a empresa inaugura em dezembro um centro de inovação para startups, empreendedores, mineradoras e empresas integrantes da cadeia de fornecimento da indústria. O Mining Hub – Hub da Mineração, como foi batizado o projeto, ocupará um dos seis andares do prédio da WeWork em Belo Horizonte (MG). O espaço tem a missão de gerar inovação aplicada aos desafios da mineração industrial, uma das principais atividades econômicas do País.

O projeto, que conta com o apoio do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), é inédito por reunir todos os players de um mesmo setor interessados em trabalhar de forma conjunta para desenvolver soluções a desafios estratégicos e operacionais comuns às suas operações, divididos em cinco áreas: Segurança (Operacional e SSO – segurança e saúde ocupacional); Gestão da Água; Fontes de Energia Alternativa; Eficiência Operacional; e Gestão de Resíduos. Para tanto, durante um ano, empreendedores e startups serão acelerados em ciclos de três ou quatro meses, com o apoio da Neo Ventures, empresa com vasto histórico na aceleração de startups e programas de inovação aberta para corporações.

A partir de uma iniciativa da Ferrous, diversos outros players do setor também aderiram ao projeto, como explica Gustavo Roque – Gerente de Gestão e Inovação da Ferrous e coordenador da iniciativa por parte das mineradoras: “Há algum tempo percebemos que a inovação é um pilar fundamental para a transformação da atividade de mineração no nosso país. Já contamos com a participação de nomes como Anglo American, AngloGold Ashanti, ArcelorMittal, CBMM, CSN, Gerdau, Kinross, Nexa, Samarco, Usiminas e Vale e tenho convicção de que, juntos, poderemos transformar o Mining Hub em um importante espaço de troca e aprendizado que gerará impacto positivo para toda a cadeia e stakeholders do setor”, conclui.

“Vamos fazer a indústria mineral dar um salto em inovação e, ao mesmo tempo, gerar muitos negócios e oportunidades para empresários e profissionais ligados à tecnologia, à inovação e a outros segmentos no Brasil”, afirma Walter Alvarenga, diretor-presidente do IBRAM. “Acreditamos e apostamos tanto nessa nova ideia que, inclusive, vamos transferir nosso escritório de Belo Horizonte para o ambiente do Mining Hub. Vamos fazer parte do dia a dia desse ecossistema de inovação voltado para o setor mineral”, conclui.

Entre as vantagens para fornecedores da cadeia de mineração que optarem por garantir o seu espaço no Mining Hub está a proximidade com as startups selecionadas, com possibilidade de atuação como clientes-anjo, realização de soluções conjuntas e venda cruzada – ou, ainda, de potencial joint venture, spin-in ou M&A. Além disso, vale destacar o acesso a um programa de inovação aberta conjunto, com custo e complexidade mais baixos, melhor estrutura e maior agilidade se comparado a programas individuais. Já confirmaram presença no espaço empresas como Haver Brasil, IHM Stefanini, ISQ, Petronas e ThyssenKrupp.

Do lado das mineradoras, a expectativa é que o resultado desse trabalho unificado contribua para que se tornem mais competitivas e, com isso, possam, inclusive, conquistar maior presença em mercados internacionais. Além disso, o Mining Hub buscará gerar conhecimento, novas tecnologias, produtos e serviços e, inclusive, patentes registradas por pesquisadores brasileiros – já que, até hoje, as interações entre as grandes indústrias minerais e as startups ocorrem de forma fragmentada, individualizada por empresa.

Projeto integra o WeWork Labs

O Mining Hub integra o WeWork Labs, iniciativa global da WeWork para apoio a startups em estágio inicial, trazida ao Brasil no início de 2018. Ele é dividido em duas frentes: de um lado, a plataforma capacita startups e empreendedores, por meio da oferta de espaços de trabalho e uma programação que conta com uma rede de mentores exclusiva, curadoria de conteúdo, ferramentas desenvolvidas internamente e um funcionário da WeWork dedicado exclusivamente ao projeto (Labs Manager), responsável por conectar as startups com mentores, clientes e, eventualmente investidores e fundos.

Já na frente voltada para grandes empresas, o WeWork Labs se propõe a contribuir para que organizações de qualquer segmento possam se desenvolver e inovar em suas estratégias de atuação, a partir da aproximação com essas startups, que poderão apoiá-las de maneira customizada na solução de seus desafios, por meio de tecnologia e transformação cultural. Em ambos os casos, a iniciativa conta com parcerias junto a universidades, aceleradoras, incubadoras, empresas de venture capital e especialistas de diversos setores, criando e apoiando um ecossistema de inovação, que colabora para o sucesso desses negócios.

O WeWork Labs já conta com cinco espaços em São Paulo e Rio de Janeiro, mas terá em Belo Horizonte a sua primeira unidade focada em uma área de atuação específica.

“Para a WeWork é uma honra fazer parte deste movimento inovador desse setor tão importante para a economia do estado e do país. Esperamos poder contribuir e apoiar a iniciativa da melhor forma possível, colocando à disposição de toda a cadeia, além de um espaço físico que estimule a geração dessas ideias e soluções, a nossa ampla rede de conexões espalhada pelo Brasil e pelo mundo”, afirma Bruno Scolari, responsável pelo WeWork Labs em Minas Gerais.

A primeira WeWork mineira, com inauguração marcada para o dia 22 de novembro, terá capacidade para 800 posições de trabalho na primeira fase de abertura. No Brasil desde 2017, a empresa, avaliada em US\$ 20 bilhões, já conta com onze endereços em duas capitais, São Paulo e Rio de Janeiro, e mais de 12 mil pessoas trabalhando em seus espaços. Até o fim do ano, a WeWork pretende chegar a 15 prédios e mais de 15 mil membros no país

Fonte: Portal da Mineração

Data: 19/11/2018

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

RIO GRANDE DO SUL APRESENTA ESTUDO SOBRE MINERAÇÃO

O Rio Grande do Sul passará a contar em breve com um novo instrumento para aprimorar a atividade de extração mineral e os desdobramentos econômicos que essa atividade implica. Será lançado na quinta-feira, no Palácio Piratini, o documento "Mineração no Rio Grande do Sul: Diagnóstico Setorial e Visão de Futuro".

A secretária estadual de Minas e Energia, Susana Kakuta, destaca que se trata de um trabalho inédito que será disponibilizado de maneira on-line. Na quinta-feira, adianta a dirigente, será apresentado o sumário executivo do documento que apresenta o resumo da iniciativa. O trabalho completo deverá ser liberado ainda este ano, contendo informações das jazidas conhecidas e sobre a viabilidade comercial dos minérios.

A ação foi desenvolvida em coautoria com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Contou ainda com a colaboração da Fundação

Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) e outras entidades ligadas ao segmento. "O documento tenta resgatar a importância do setor mineral no Rio Grande do Sul", frisa Susana. A meta é potencializar esses recursos como instrumentos de desenvolvimento econômico. "Ou seja, o uso dessa riqueza com uma abordagem nova, olhando matriz econômica, exportações e importações", complementa a secretária.

Um exemplo citado pela dirigente são os agrominerais como nitrogênio, fósforo e potássio que são importados pelo setor agrícola, mas existe a possibilidade da extração desses itens no Estado. Essa prática significaria uma fonte de suprimento nacional e a substituição da compra de outros países. Susana informa que, em 2016, o Brasil gastou quase US\$ 2 bilhões com a importação de potássio e com o nitrogênio cerca de US\$ 1,5 bilhão. Além dos agrominerais, o trabalho abrange diversos recursos como ouro, cobre, níquel, estanho, chumbo, prata, entre outros. A secretária enfatiza que a parte relativa à geologia já tinha sido identificada, o que está sendo agregado no trabalho é a questão do potencial econômico. Com a iniciativa, a intenção é atrair para o Rio Grande do Sul empresas que tenham interesse na exploração das riquezas minerais.

Fonte: Jornal do Comércio

Autor: Jefferson Klein

Data: 20/11/2018

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Minas é o nosso negócio

CHINA IMPULSIONA OS INVESTIMENTOS DA VALE

A China determinou e puxou o crescimento da produção de minério de ferro da Vale nos últimos anos. O mercado chinês é tão importante para a mineradora que responde por pouco mais da metade das vendas do insumo da companhia em todo o mercado transoceânico. A Vale, inclusive, desenvolveu um blend (mistura), com minério de menor teor produzido em Minas Gerais e de teor elevado no Pará, o Brazilian Blend Fines (BRBF), para atender basicamente às siderúrgicas da China. O produto já representa 35% das vendas totais de minério da empresa.

"Hoje, mais da metade de nossa produção vai para o mercado chinês. Todos os investimentos feitos nos últimos dez anos em aumento de produção de minério de boa qualidade e na eficiência da cadeia logística foram para aumentar as vendas no mercado chinês", destacou o diretor global da Cadeia de Ferrosos da Vale, Vagner Loyola. Entre estes aportes, Loyola lembrou das três novas plantas de concentração no complexo de Itabira e de outra planta de concentração no ativo de Vargem Grande, em Minas Gerais.

A produção de minério de ferro da Vale nos últimos anos no Brasil, afirmou o diretor, se manteve praticamente estável na casa das 300 milhões de toneladas ao ano. Com a expansão do Sistema Norte, principalmente com o S11D (em Carajás, no Pará), cuja capacidade é para 90 milhões de toneladas, a companhia saltará para um novo nível de produção da ordem de 400 milhões de toneladas anuais.

"Este crescimento (de produção) das 300 milhões de toneladas para 390 milhões de toneladas neste ano e 400 milhões de toneladas no próximo exercício é basicamente resultado do aumento de vendas no mercado chinês", acrescentou o diretor. Com base nestes números, Loyola afirmou que a companhia está operando a plena carga, considerando não só a produção, mas também o sistema de escoamento, incluindo o ramal ferroviário da MRS Logística, o porto de Tubarão (ES) e os portos do Rio de Janeiro.

O diretor da Vale explicou que, a demanda chinesa por minério cresceu a partir de 2003, e nos anos seguintes houve o boom de commodities. A partir de 2014, a produção de aço chinesa se estabilizou, oscilando

entre 820 milhões de toneladas a 840 milhões de toneladas ao ano, o que, para Loyola, representa “uma situação de demanda bem saudável”.

Brazilian blend – E foi justamente com foco na demanda chinesa que a Vale desenvolveu um novo produto, o Brazilian Blend Fines (BRBF), resultado da mistura entre minério de teores mais pobres de operações em Minas Gerais com minérios de melhor qualidade da produção do Pará. O blend também é consequência da mudança de estratégia da companhia.

“No passado, em cada mina tentávamos fazer um produto com qualidade de produto final para ser vendido sozinho e com isso não se explorava a sinergia entre diferentes operações.

O grande valor está na integração das operações e na complementaridade do minério de Carajás com esses minérios de baixo teor que são produzidos em Minas”, disse o diretor.

Basicamente, a Vale redesenhou a forma de trabalhar ao longo dos últimos anos e passou a buscar uma abordagem integrada de toda a cadeia produtiva do minério de ferro. “Agora, olhamos o parque produtivo da Vale como um todo e não mais ativos isolados. Fazemos o planejamento da cadeia de forma integrada, de modo a otimizar o negócio minério de ferro”, reforçou.

De acordo com o diretor, a Vale produz o BRBF desde 2014. Na prática, o minério de Carajás e de Minas é escoado para o Porto da Malásia em navios diferentes, lá são descarregados e depois disso é feito o blend na proporção correta para as siderúrgicas da China e de lá vendidos para as siderúrgicas chinesas.

A partir de 2016, a Vale começou a processar o blend também em portos chineses e, hoje, a mineradora já está fazendo a mistura em 16 terminais da China. “O Porto da Malásia foi construído e é operado pela Vale. Na China, a companhia contrata os portos que já existem e faz a mesma coisa”, explicou Loyola.

O produto foi tão bem-aceito pelas siderúrgicas chinesas que já consegue um premium que varia de US\$ 3 a US\$ 6 por tonelada em relação ao considerado o melhor minério australiano e já responde por 35% de todo o minério vendido pela mineradora no mercado mundial. “O produto começou a ser vendido com preço diferenciado desde maio e temos visto este ganho de preço. Com este blend estamos aumentando as vendas no mercado chinês”, afirmou o diretor.

Fonte: Diário do Comércio

Autor: Leonardo Francia

Data: 23/11/2018



PESQUISADOR PROPÕE DIÁLOGO ENTRE MINERADORAS E POPULAÇÃO

Ao falar sobre a relação entre mineração e problemas ambientais, o professor da UEPB, José Etham Barbosa, afirmou que o processo educativo é parte da solução. O assunto fez parte de um debate sobre manejo pluvial, mudanças climáticas e interferências no ambiente natural ocorreu no 11º Simpósio Brasileiro de Captação e Manejo da Água de Chuva (SBCMAC 2018), em João Pessoa (PB), de 11 a 14 de novembro

Durante a mesa redonda, o biólogo Etham Barbosa, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), apontou a contribuição humana na região para o crescimento da desertificação. “O semiárido é um grande laboratório de desertificação, onde acontecem hoje ações que vão repercutir no futuro em outras paisagens”, disse.

O pesquisador citou como causadores do avanço da desertificação as atividades minerárias, a falta de planejamento na ocupação do solo, o desmatamento, e a ação pecuária e industrial. Para Barbosa, existe uma relação muito próxima entre a mineração e os problemas ambientais. "O avanço da desertificação tem um ciclo muito próximo com a mineração", afirmou.

"Na região do Cariri paraibano, que é o nosso núcleo mais avançado de desertificação, há o panorama clássico de depósito de resíduos a céu aberto", disse Barbosa ao Notícias de Mineração Brasil (NMB) por telefone. O Cariri é uma região formada por 29 cidades com cerca de 180 mil habitantes.

O ideal por parte das mineradoras brasileiras, para ele, é investir em processos educacionais, formais e informais, como parcerias para estar presentes em escolas e comunidades próximas às regiões de mineração.

Ao NMB, Barbosa disse que é preciso "um projeto de informação de que aquela atividade é necessária e benéfica, que traz dividendos, mas que ela não precisa ser insustentável. A primeira atitude deve ser trazer a população para o seu lado".

Pesquisadores internacionais, como David Vargas, da ONG Ilsa Urbana, do México, mostrou como o sistema de uso da água de chuva foi implantado durante a atual crise hídrica na Cidade do México.

O SBCMAC 2018 foi organizado pela UFPB e a Associação Brasileira de Captação e Manejo de Água da Chuva (ABCMAC) e Associação para o Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia (Scientec) e sediado no campus da UFPB.

Fonte: Notícias de Mineração

Autora: Jéssica de Almeida

Data: 21/11/2018



LUTA DA CHINA CONTRA POLUIÇÃO TORNA PALÁDIO MELHOR METAL DE 2018

Os preços do paládio estão quebrando recordes e os investidores apostam que, devido à oferta limitada, este é apenas o começo da sequência de alta.

O metal, usado em aparelhos de controle de poluição, subiu mais de 9 por cento em Nova York neste ano, melhor desempenho entre os principais metais. A demanda está em disparada graças à China, que tem a missão de reduzir a poluição. Devido aos padrões mais rígidos para a poluição, as fabricantes de automóveis estão usando mais conversores catalíticos.

A produção global não está fazendo frente à forte demanda e analistas de mercado como o Citigroup projetam novos aumentos de preço futuramente. Os fundos de hedge também estão apostando em uma alta prolongada, mantendo o maior nível de aposta positiva no metal desde o começo de março.

"O mercado tem uma perspectiva fundamental muito positiva", disse Maxwell Gold, diretor de estratégia de investimentos da Aberdeen Standard Investments, que supervisiona US\$ 730 bilhões. "Lidamos com déficits de oferta há oito anos e isso deve continuar. A oferta certamente tem sido um problema no front da mineração, assim como a redução dos estoques existentes. "

O paládio é um mercado de pouca negociação. Assim como o metal irmão platina, sua produção é extremamente concentrada, já que a Rússia e a África do Sul produzem, combinadas, cerca de três quartos da oferta mundial.

Demanda automotiva

Quase 70 por cento da demanda pelo paládio vem da indústria automotiva, segundo a empresa de pesquisa CPM Group. As vendas de automóveis têm se mantido relativamente fortes na maioria dos lugares, o que ajuda a isolar os preços do nervosismo em relação ao crescimento global que derrubou muitas commodities industriais.

As ofertas são tão restritas que os usuários têm recorrido a produtos negociados em bolsa para pedir emprestado o material de que precisam. Isso derrubou os ativos de paládio em ETFs ao menor nível desde 2009 em um momento em que as fabricantes buscavam oferta acima do solo, disse Gold.

Os fundos de hedge estão ampliando suas perspectivas otimistas. No período de uma semana que terminou em 13 de novembro, os gestores de recursos ampliaram a posição comprada líquida, que é a diferença entre as apostas no aumento e na queda do preço, pela segunda semana consecutiva, para 12.837 futuros e opções, segundo dados da Comissão de Negociação de Futuros de Commodities (CFTC, na sigla em inglês) publicados na sexta-feira. É o maior patamar desde 6 de março.

Os futuros do paládio subiram 5,2 por cento em Nova York na semana passada. O preço — que chegou a US\$ 1.168,30 a onça no pregão de sexta-feira, o maior patamar até o momento — estava em US\$ 1.161,90 na segunda-feira.

Uma ameaça à demanda é a substituição. Historicamente, o paládio tem sido em geral mais barato do que a platina e, portanto, é usado como uma alternativa popular, já que os dois metais compartilham muitas propriedades químicas. Mas a alta recente reverteu a relação de preço e agora o paládio sofre a ameaça de ser substituído pela platina.

Fonte: Bloomberg

Autor: Marvin G. Perez

Data: 19/11/2018



GRAFITE BAIANO TEM QUALIDADE PARA APLICAÇÕES NUCLEARES

"O programa de levantamento de campo de 2018 da South Star inclui a abertura de trincheiras junto com aproximadamente 550 metros de sondagem de diamante (HQ) e 1.250 metros de circulação reversa (RC). O programa está focado nos alvos de São Manuel e São Rubens. O programa de campo de 2018 deve ser concluído nesta semana com todas as análises finais da amostra esperadas durante o quarto trimestre de 2018", disse a mineradora em nota.

A preparação inicial de amostras e catalogação foram realizadas nas instalações da empresa em Itabela (BA), com análises feitas nos Laboratórios Geosol da SGS em Belo Horizonte (MG), usando a análise Leco para determinar o carbono grafítico (Cg).

"O primeiro furo, 55-SCP-DDH-001, é um furo vertical totalizando 79,8 metros de sondagem diamantada. Os resultados do furo incluem 10 metros com um teor médio de 3,9% Cg e 14,3 metros a 4,4% Cg.

No geral, o resultado em 65,6 metros de mineralização contínua em material friável com uma classificação média de 3,1% Cg. Esta é a segunda maior interseção mineralizada até o momento no projeto, quando comparado ao furo SIAC 001, da campanha de 2016, com 77 metros com uma média de 2,9%", diz a nota divulgada hoje.

A South Star diz também que amostras de duas trincheiras (TR005 e TR006) foram coletadas próximas à superfície do furo 55-SCP-DDH-001. Os resultados incluem 28 metros lineares com teor médio de 1,9% Cg em TR005 e 12 metros lineares com teor médio de 3% Cg em TR006.

"Os resultados deste primeiro furo do programa de exploração de 2018 são um primeiro passo positivo em direção ao nosso objetivo de atualizar uma parte dos recursos de nosso PEA [Estudo de Viabilidade Preliminar]. Os resultados do primeiro lote de amostras são muito positivos, confirmando um bom potencial com mineralização contínua em grandes intervalos (> 60 metros) e mineralização de superfície próxima ou próxima a profundidades de mais de 75 metros em materiais friáveis", disse o CEO da empresa, Eric Allison, em nota.

Grau nuclear

No início deste ano, a empresa apresentou quatro concentrados de tamanho de flocos diferentes, anteriormente produzidos durante o programa da planta piloto da empresa, para a Urbix para testes avançados. "Estamos entusiasmados em trabalhar com um material altamente cristalino do Brasil", diz Palash Gangopadhyay, CTO da Urbix. "Os potenciais de aplicação e a localização geográfica favorável se encaixam perfeitamente com a paisagem de grafite global em evolução."

O programa de testes inclui caracterização, purificação, expansibilidade e adequação de mercado e foi dividido em três fases. A primeira fase do teste está concluída, e os resultados indicam um grafite de alta qualidade com impurezas mínimas e excelente adequação para maior purificação e processamento de valor agregado.

"Uma das amostras de Santa Cruz também se qualificou sob parte de uma iniciativa patrocinada pelo Departamento de Energia dos EUA na Urbix e esses resultados iniciais também confirmam seu uso potencial para grafite de grau nuclear. A avaliação está sendo realizada na moderna instalação de P&D da Urbix em Mesa, Arizona, e incorpora avançadas tecnologias de purificação e esfoliação. Espera-se que o programa completo de testes seja concluído antes do final do ano", declarou a South Star.

Grafite com grau nuclear é aquele que pode ser usado como moderador ou refletor dentro de reatores nucleares.

A Urbix Resources é um processador de grafite natural com experiência que abrange purificação de grafite ecologicamente correta, grafite nuclear, grafeno e outros derivados avançados de carbono. A Urbix é especialista em projetos de célula de bateria Li-ion e tem iniciativas na próxima geração de eletrólito de alta-tensão e nanoarquitetura de eletrodo de carregamento rápido.

Fonte: CBPM

Data: 23/11/2018



PERSPECTIVAS DO COBALTO

O cobalto é uma importante matéria-prima para a produção de baterias, ligas de alta temperatura (superligas), ferramentas de corte, materiais magnéticos, catalisadores petroquímicos, produtos farmacêuticos e materiais de esmalte. Quando usado como liga, o cobalto melhora a resistência a altas temperaturas e à

corrosão. O material possui propriedades magnéticas e espectroscópicas muito ricas (forma como os elétrons do metal interagem com a luz).

A perspectiva de crescimento das vendas de veículos elétricos (veículos elétricos a bateria - BEVs e veículos híbridos plugáveis – PHEVs) disparou uma corrida pelo cobalto, matéria-prima fundamental para a produção das baterias íon-lítio, também muito utilizadas em aparelhos eletrônicos portáteis (tablets, laptops e celulares) e armazenamento de energia fixa, permitindo que famílias ou comunidades inteiras armazenem energia elétrica (quando ela é barata) e a consumam (quando é cara). Essas baterias alimentam as vidas digitais cotidianas das pessoas que querem carga rápida, vida longa, capacidade de armazenamento, mais leveza e segurança no uso. Para muitos especialistas a bateria tem tudo para reinar neste século, da mesma forma como o petróleo reinou no anterior. E a pressão do impacto das mudanças climáticas será outro fator de peso, limitando o uso de carros movidos por combustíveis fósseis.

Mas para atender a todas as necessidades desse mercado potencial serão necessárias inovações tecnológicas que incluem o menor uso de cobalto na composição desse tipo de baterias, bem como outros metais (lítio, níquel e manganês). Antes, o cobalto era um metal de nicho usado em turbinas de avião e em celulares. Desde que a Sony comercializou a tecnologia de íon-lítio em 1991, houve poucos avanços na tecnologia. Os metais representavam 25% do custo da bateria antes da elevação das cotações do cobalto e esse percentual deve se elevar ainda mais, considerando o cenário de oferta e previsão de demanda para atender aos veículos elétricos.

Diante desse cenário, o cobalto passa a ser classificado como um mineral crítico em diversos países, com crescimento anual de consumo da ordem de 8 a 10% por ano. A cotação se elevou de US\$ 25.526 por tonelada (média em 2016) e atingiu valores da ordem de US\$ 95.000 (base LME em 21.03.2018), reduzindo para cerca de US\$ 77.800 em junho de 2018 e para US\$ 55.000 no início de outubro deste ano. Existem previsões de que a cotação possa, futuramente, romper a barreira dos US\$ 100.000 por tonelada. Mas também existem projeções de uma redução dos preços para US\$ 33.000 por tonelada em 2020.

O balanço entre oferta e demanda irá definir o ritmo das cotações, lembrando que novos projetos de níquel com cobalto como subproduto serão impactantes nessa variação, contribuindo para elevação da oferta. Hoje, uma pessoa com um tablet, um laptop e um celular, por exemplo, consome cerca de 200 gramas desse metal por ano. Se a mesma pessoa adquirir um carro elétrico, o consumo sobe para ao menos 10 kg/ano.

Hoje, menos de 1% dos motoristas norte-americanos dirige um veículo elétrico, mas isso está para mudar: Um relatório de 2017 da gigante financeira Morgan Stanley prevê que cerca de 1 bilhão deles poderão estar em circulação em todo o mundo até 2050. Para 2018, as projeções ficam em 4 milhões de novos elétricos nas ruas do mundo, quase 4% do total de 94 milhões de veículos que se estima serem vendidos neste ano.

Logicamente, à medida em que a demanda por veículos elétricos passa de nicho de mercado para produto de massa, a demanda por suas matérias-primas (cobalto, lítio, níquel, etc.) aumenta exponencialmente. Assim, antecipando uma demanda gigantesca nas vendas globais de veículos elétricos, existem projeções de que a demanda por cobalto vá aumentar quase oito vezes até 2026, sendo que a oferta já excederá a demanda em 42% em 2025 e em 170% em 2030.

Trabalho infantil e exploração

Respondendo por cerca de 60% da produção mundial de cobalto, como subproduto da sua mineração de cobre, a República Democrática do Congo (RDC) é um país com elevado risco geopolítico, que emprega o trabalho infantil na garimpagem artesanal, de onde extrai cerca de um quinto de sua produção mineral (cerca de 65 mil toneladas por ano). Estima-se que haja cerca de 200 mil garimpeiros de cobalto na RDC, sendo 40 mil deles crianças. O cobalto mal manuseado pode causar o chamado "pulmão de cobalto", uma

forma de pneumonia que leva à incapacidade permanente e até à morte. Estima-se que 80 crianças a cada ano morram na extração de cobalto na região de Katanga, situada no sul do país. Os sacos de minério de cobalto (teores da ordem de 5 a 6%) são vendidos por 40 libras a tonelada para a Congo Dongfang Mining Internacional (CDM) e enviados por cargueiro para a gigante de minerais Zhejiang Huayou Cobalt, na China, onde abastecem uma complexa cadeia de suprimentos para multinacionais gigantes.

De maneira encorajadora, a Apple, que usa esse metal em seus aparelhos, se comprometeu a empregar apenas "minerais livres de conflito" - aqueles que, durante anos, têm servido para financiar grupos rebeldes e governos corruptos na RDC-, entre os quais se inclui o cobalto. Para tanto, passou a exigir que todas as fundições realizem auditorias em sua cadeia de suprimentos, com avaliações de risco, dentro da iniciativa "Cobalto Responsável".

Demanda e Produção mundial

O cobalto é obtido como subproduto da mineração de cobre e níquel, conforme mostrado no gráfico 01 abaixo. Apenas o Marrocos produz cobalto a partir de minério primário e numa proporção de 1 a 2% do total mundial. Cerca de 38% vem da extração de níquel e 60% do cobre (notadamente da RDC, antigo Zaire). No Brasil, o cobalto é obtido da produção de níquel das minas de Niquelândia e Barro Alto (Votorantim), em Goiás (GO), e processado na unidade industrial de São Miguel Paulista (SP), que se encontra paralisada desde 2016 devido à reduzida cotação do níquel. A Mina de Fortaleza de Minas (MG), também da Votorantim, produziu até 2013, tendo o cobalto como subproduto. A Prometalica que produz níquel/cobalto em Americano do Brasil (GO) também se encontra com sua operação paralisada.

As maiores empresas produtoras de cobalto no mundo são a Glencore, ERG (Eurasian Resources Group), Norilsk, China Molybdenium e Vale (produzindo em torno de 6 mil toneladas por ano no Canadá). Por sua vez, a China tem uma posição dominante na cadeia produtiva no refino do cobalto, produzindo cerca de 80% dos sais de cobalto necessários para as baterias de íon-lítio.

A consequência direta da dominância chinesa é a necessidade de as montadoras norte-americanas, asiáticas e europeias assinarem contratos de fornecimento para garantir sua produção de baterias para veículos elétricos, sob riscos de escassez, vulnerabilidade e forte monopólio da China.

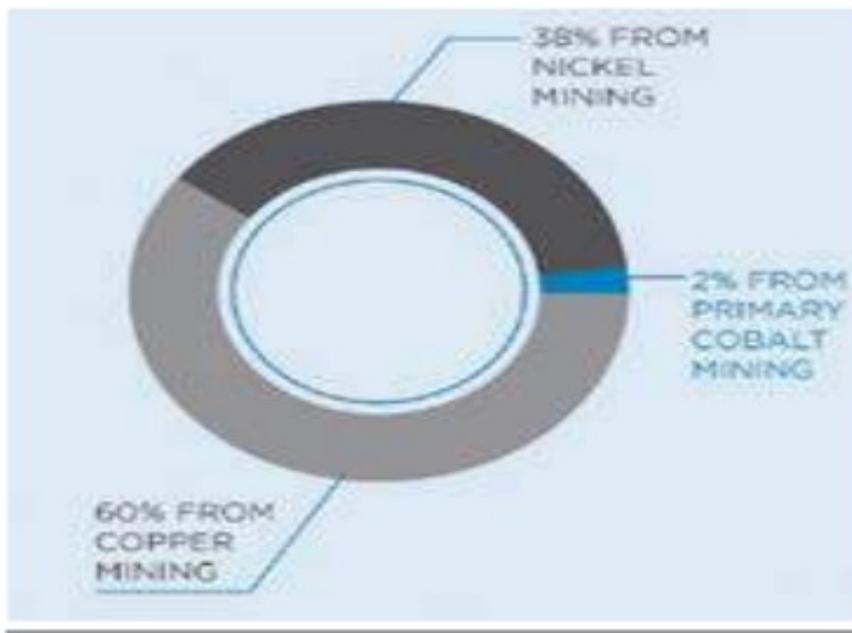


Gráfico 01: Percentual de origem do cobalto

Discriminação	Reservas (t)	Produção (t) ⁽²⁾		
		2016 ⁽¹⁾	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾
Brasil ⁽⁴⁾	70.000	3.828	852	0,7
República Democrática do Congo	3.400.000	63.000	66.000	52,9
China	80.000	7.700	7.700	6,2
Canadá	270.000	6.900	7.300	35,8
Rússia	250.000	6.200	6.200	5,0
Austrália	1.000.000	6.000	5.100	4,1
Zâmbia	270.000	4.600	4.600	3,7
Cuba	500.000	4.300	4.200	3,4
Nova Caledônia	64.000	3.680	3.300	2,6
Madagascar	130.000	3.700	3.300	2,6
Outros países	1.052.000	14.000	16.200	13,0
Total	7.000.000	123.608	124.752	100,0

Figura 01: Produção de cobalto por país e reservas

Fonte: USGS/DNPM

Obs: Em termos de cobalto contido

Fonte: In The Mine

Autor: Mathias Heider

Data: Ano XIII - 2018 Nº 75



MINISTÉRIO PÚBLICO QUESTIONA EXTRAÇÃO MINERÁRIA NA SERRA DO CURRAL

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e o Ministério Público Federal (MPF) ajuizaram Ação Civil Pública (ACP) contra a União e a Agência Nacional de Mineração (ANM), antigo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), questionando autorizações concedidas para pesquisa e extração mineral na Serra do Curral, patrimônio paisagístico, geológico, histórico, ambiental e turístico tombado pela União e pelo município de Belo Horizonte.

Na ACP, é pedido que a Justiça suspenda as autorizações de pesquisa, os registros de licenciamento, as permissões de lavra garimpeira e os registros de extração nas áreas inseridas nos perímetros de tombamento municipal e federal da Serra do Curral. Também foi solicitado à Justiça que impeça a ANM de aprovar os pedidos de novos direitos minerários e que paralise as atividades de extração de minério de ferro no local. Por fim, o MPMG e o MPF pedem a anulação dos títulos minerários existentes na região.

Com altitudes médias entre 1.100 metros e 1.300 metros, a Serra do Curral serve de limite entre os municípios de Belo Horizonte, Nova Lima, Sabará, Brumadinho e Ibirité. Na região está o pico Belo Horizonte, o ponto mais alto da capital mineira, com 1.390 metros de altura. Segundo o MPMG e o MPF, o local é tão simbólico e importante que, desde a década de 1950, várias ações têm buscado protegê-lo de interesses econômicos depredatórios.

Em 1958, por exemplo, o governo de Minas solicitou à União o tombamento da Serra do Curral, diante do perigo de seu desaparecimento devido às atividades minerárias no local. Em 1960, a Serra do Curral e o Pico Belo Horizonte receberam tombamento federal. Em 1990, o alinhamento montanhoso da Serra do Curral foi tombado pelo município de Belo Horizonte. E em 1991, foram solicitados estudos para determinar a área e as diretrizes de proteção.

Depois desses estudos, em 2003 ocorreu o tombamento municipal definitivo, sendo a área protegida delimitada em 30 km². A esse espaço foram acrescentados 20 km² de entorno, onde já havia ocupação urbana. Ao todo, a área protegida soma 50 km². E nas diretrizes de proteção do local, foram incluídas restrições a novas atividades minerárias. O documento determina que o DNPM, hoje ANM, deveria ser informado de que a Serra do Curral não estaria mais sujeita a autorizações de pesquisa ou lavra mineral.

Entretanto, um levantamento feito pelo MPMG apontou que existem 41 títulos minerários no perímetro ou no entorno da área de tombamento municipal, sendo 16 anteriores e 25 posteriores a 1991, um ano após o município de Belo Horizonte realizar o tombamento do alinhamento montanhoso da Serra do Curral. Entre os títulos minerários concedidos depois de 1991, estão: 14 autorizações para pesquisa, três requerimentos de lavra, seis de pesquisa e dois de disponibilidade.

“Todos os regimes de aproveitamento de recursos minerais – pesquisa, lavra garimpeira, licenciamento – implicam interferência no ecossistema e utilização ou destruição de recursos naturais e paisagísticos”, afirmam a procuradora da República Mirian Lima e os promotores de Justiça Andressa Lanchotti, Giselle Ribeiro, Júlio Luciano e Francisco Generoso, autores da ACP. Para eles, “embora a atividade minerária seja lícita e de interesse da União, existem áreas especiais, como as de paisagens naturais tombadas, que não devem ser mineradas”.

Para os representantes do Ministério Público, permitir a mineração na área implica destruição de patrimônio ambiental e cultural. “É impossível compatibilizar a exploração dos recursos minerais com a integridade física da paisagem natural tombada”, afirmam. Diante da impossibilidade legal de minerar a área, todos os títulos minerários existentes, segundo o MPF e o MPMG, devem ser anulados, além de ser impedida a autorização de novos. De acordo com a ACP, anular os títulos minerários seria uma das formas de se garantir a proteção do bem tombado.

Acordo

Em 2009, o MPMG e a Empabra assinaram um acordo. Nele a mineradora se comprometia, entre outras coisas, a adotar medidas emergenciais e de recuperação, além do pagamento de indenização por danos ambientais da área explorada pela empresa na mina Corumi, no bairro Cidade Jardim Taquaril, na Serra do Curral, em Belo Horizonte.

Entretanto, com base em laudos técnicos de órgãos ambientais, os representantes do Ministério Público afirmam na ACP que “a pretexto de recuperar a área, a Empabra está, de forma indiscriminada, lavrando minério de ferro, descumprindo tanto o acordo firmado com o MPMG, quanto a Constituição Federal e Estadual e o dossiê de tombamento da Serra do Curral”.

De acordo com os representantes do Ministério Público, a Constituição Federal assegura a todos o direito de um meio ambiente equilibrado, e a Constituição Mineira afirma que a exploração de recursos minerais não poderá comprometer o patrimônio natural e cultural do estado.

Entre os prejuízos apontados pelos laudos, estariam: danos à unidade de conservação do Parque Estadual da Baleia, danos ao patrimônio histórico e cultural Serra do Curral e danos ao patrimônio ambiental. Diante disso, o Ministério Público pede à Justiça que suspenda imediatamente todos os títulos minerários existentes na área. “A empresa Empabra não está recuperando a área tombada, mas verdadeiramente minerando-a”, afirmaram os representantes do Ministério Público.

Fonte: Ministério Público de Minas Gerais

Data: 14/11/2018



ARCELORMITTAL INICIA EXPANSÃO DA MINA DO ANDRADE

A ArcelorMittal inicia a expansão da Mina do Andrade, localizada no município mineiro de Bela Vista de Minas. A empresa recebeu do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) a licença de instalação de uma planta de beneficiamento de itabirito. A planta faz parte do Projeto Itabirito, criado para melhorar a qualidade do minério que abastece a usina de João Monlevade, que produz aços especiais para a indústria automobilística. Por meio da nova planta, o itabirito produzido pela Mina do Andrade passará por um processo de enriquecimento do teor de ferro, para garantir o padrão necessário à produção de aço de alta qualidade. O itabirito não tinha aplicação industrial na ArcelorMittal. Com a planta, ele será reaproveitado e irá proporcionar um aumento da vida útil da Mina do Andrade de 40 para 56 anos.

As novas instalações compreendem sistemas de peneiramento, britagem quaternária, concentração magnética, filtragem do concentrado e do rejeito. As obras serão concluídas no primeiro semestre de 2020 e exigirão investimento de R\$ 115,7 milhões. Serão gerados 360 empregos diretos e indiretos, exclusivamente para atuar nas obras de implantação da nova planta. Serão priorizadas a contratação de mão de obra de Bela Vista de Minas e João Monlevade. Mesmo tratamento terão os fornecedores dessas regiões.

São também significativos os ganhos ambientais com Projeto Itabirito. Em primeiro lugar, a nova unidade será implantada em área já impactada, não sendo necessário, portanto, desmatamento ou utilização de área nova. Será aproveitado o itabirito que antes estava estocado, reduzindo o volume das pilhas do minério existentes na mina. Serão usadas novas tecnologias de filtragens, que não necessitam de barragem de rejeito, e, por meio do circuito a úmido, tecnologia empregada na planta, 90% da água usada no processo beneficiamento do itabirito será reaproveitada.

Fonte: In The Mine

Data: 13/11/2018